

ARTIGOS

O projeto republicano de educação superior e a Universidade de São Paulo

Elza Nadai

Faculdade de Educação — USP

INTRODUÇÃO

É do conhecimento de todos que a educação superior foi implantada no Brasil, de uma forma isolada e desarticulada dos demais níveis e graus, como decorrência da necessidade de formação de quadros, quando da instalação do governo português no Brasil, nos inícios do século XIX. Instalaram-se assim, no Rio de Janeiro e em Salvador, as primeiras aulas de Medicina e Cirurgia, as Cadeiras de Artes Militares, a Academia de Belas Artes, o Horto Florestal, a Imprensa Régia, etc., instituições essas que pouco se assemelham às nossas escolas superiores.

Durante a reorganização política que se seguiu à Independência, o número de escolas superiores foi ampliado com a criação de duas Escolas Jurídicas — a de São Paulo e a do Recife demonstrando a necessidade de legalizar o novo Estado que surgia.

Na segunda metade do século XIX, mais duas Escolas surgiram — a Central, depois Politécnica do Rio de Janeiro, e a de Minas e Metalurgia de Ouro Preto.

Assim, ao findar o Império, a educação superior distribuía-se em algumas raras instituições localizadas em diversos pontos do país, guardando certa concentração na Côrte, sem contudo abarcar todos os ramos do saber. Todas contavam-se nos dedos: eram as de Medicina e de Engenharia do Rio de Janeiro, a de Minas de Ouro Preto e as duas Faculdades de Direito — de São Paulo e de Pernambuco.

Organizada a República, em São Paulo, a burguesia cafeeira tratou de consolidar o seu projeto político no qual definia certa prioridade para a educação — tanto a fundamental quanto a superior. Desta forma, o ensino foi, ao lado da Organização Municipal, da Judiciária, do Sistema Eleitoral e da Força Pública, objeto privilegiado das preocupações dos detentores do poder, revelando a importância que lhe atribuíam no seu projeto de dominação. Em São Paulo, a burguesia cafeeira era a classe mais forte e a única com um projeto político próprio. Ela ajudara a derrubar a Monarquia e agora se impunha controlar a República — a nível da estrutura regional do poder — visando garantir sua dominação hegemônica, também a nível nacional. Tratava-se, portanto, de criar as condições mínimas de efetivação concreta do novo regime político, que demandava a consulta regular à população alfabetizada, sem que isso, entretanto, interferisse no sistema de dominação.

Assim, se por um lado, dever-se-ia ganhar a luta contra o analfabetismo organizando o sistema público de educação fundamental, que era, a partir da Constituição de 1891, um dos instrumentos de participação política — São Paulo possuía um número de eleitores que seguramente era menor que o de Minas Gerais — e isto atenderia às necessidades da classe em sua luta pela hegemonia no país; por outro lado, essa expansão deveria ter alcance limitado, visando não perder o seu controle. Observe-se, por exemplo, a defasagem entre o número de escolas criadas e as efetivamente instaladas, a utilização da escola como um dos instrumentos de barganha política, etc...

Simultaneamente à organização do ensino fundamental, como face oposta do mesmo projeto, a burguesia paulista pôs-se a organizar a educação superior e, na sua explicitação e concretização, ela desvendou as suas concepções de escola e poder, chegando mesmo seus agentes a expressar, com clareza, que a relação cultura e poder só era válida se acompanhada de todo o séquito das relações sociais e políticas de cunho familiar.

Nesse contexto, é significativo descobrir-se as principais determinações que foram caracterizando o próprio projeto de ensino superior, desde os inícios da República até sua consolidação, com a criação da Universidade de São Paulo em 1934.

Um primeiro ponto a ser ressaltado é a existência de um certo consenso de que o “Projeto de Ensino Superior” deveria ser concretizado em São Paulo como fruto de discussão entre os membros da própria classe e não sofrer delimitações estabelecidas externamente e a priori. Assim, por exemplo, embora vigisse o instituto da equiparação a algumas Escolas Federais para o reconhecimento dos diplomas em todo o território nacional (1), as instituições estaduais que se foram organizando — a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina, a Escola Agrônômica de Piracicaba — puderam contar com um amplo grau de liberdade e de autonomia para planejarem seus currículos e programas, além do que conseguiram, por dispositivo especial, validar nacionalmente os seus diplomas independentemente de não seguirem o modelo federal (2).

Isso não significa que houvesse contradição entre os dois modelos — o federal e o estadual. Ambos perseguiram os mesmos objetivos, concordando nos fins da educação que estavam buscando estruturar. Contudo, algumas discordâncias logo surgiram, por exemplo, quanto à aceitação da “liberdade de ensino”. Em São Paulo, houve sempre uma certa suspeição quanto a esse princípio — entendido, na maioria das vezes, como “liberdade de frequência” do aluno. A Escola Politécnica de São Paulo lutou regular e insistentemente no sentido de criar condições para manter o aluno na Escola, mesmo nos períodos de vigência daquele princípio decretado por Benjamin Constant e por Rividávia Correia.

Da mesma forma que a burguesia cafeeira não desejava obedecer a limites estreitos para planejar o ensino superior —, ela também desejava criar mecanismos de consulta aos mais amplos segmentos da opinião pública, sem todavia assumir o compromisso de executar o ensino expressado por eles. A história registra, por exemplo, uma série de depoimentos e discussões sobre a natureza das escolas e sobre reformas nas diversas instituições de ensino publicados na imprensa ou expressados no Congresso Legislativo e nas Congregações das Escolas, sem que isso significasse um compromisso em aceitá-los. Na verdade, os projetos

(1) — O instituto da equiparação originou-se das reformas decretadas por Benjamin Constant, no Governo Provisório. Inicialmente, ele foi introduzido para os ginásios estaduais, depois para as Escolas Jurídicas. O Código Fernando Lobo, em 1892, estendeu o mesmo mecanismo para os demais cursos.

(2) — A Escola Politécnica, fundada em 1892, instalada em 1894, formou a primeira turma em 1899 e já em 1901 conseguiu o reconhecimento nacional de seus diplomas, independentemente da equiparação de seus cursos à Escola Politécnica do Rio de Janeiro, considerada o instituto modelo. Quanto ao ensino Agrônômico superior, São Paulo foi o pioneiro no país, e portanto não havia modelo a ser seguido. Já a Faculdade de Medicina, seguiu a mesma trajetória da Politécnica.

aprovados em educação foram exatamente aqueles que se originavam diretamente no executivo ou recebiam sua aprovação de uma forma explícita ou implícita. Projetos que tiveram origem em estudos realizados por professores dificilmente se concretizaram (3).

Esses dois aspectos evidenciam, tanto a existência de uma certa descentralização que o federalismo propiciou, sobretudo aos Estados que assumiram o papel hegemônico no país — e São Paulo certamente estava entre eles —, quanto a organização não democrática do poder.

Assim, embora houvesse certo espaço de atuação política, o que contava era a opinião de uma minoria que participava mais diretamente do círculo central do poder.

Isso, por sua vez, refletia-se internamente nas Escolas. Essas foram organizadas, em geral, por incumbência e decisão de um único homem que contava, seja pela sua origem social, seja pela ligação familiar, com a máxima confiança da sua classe e do poder. Não é sem razão que as Escolas, que se firmaram mais rapidamente, na Primeira República, foram exatamente aquelas que tiveram, por um longo período, uma mesma direção. O seu diretor, tornou-se assim também, um dos seus principais ideólogos. Na Politécnica, ressalta-se a atuação de Antonio Francisco de Paula Souza, que dirigindo a instituição por um quarto de século, imprimiu-lhe a sua marca pessoal, tanto que seus contemporâneos afirmavam que, sem ele, provavelmente, a sua evolução não teria sido a mesma.

Na Faculdade de Medicina, Arnaldo Vieira de Carvalho, embora por um espaço de tempo menor, desempenhou papel semelhante.

Por outro lado, as instituições que levaram maior tempo para se fortalecer, foram justamente aquelas que não contaram com o apoio de um diretor semelhante e, em consequência, sofreram, com mais frequência, interferências políticas, como, por exemplo, ocorreu com a Escola de Agronomia de Piracicaba.

Pode-se, com certa segurança, inferir que, tanto Paula Souza quanto Vieira de Carvalho, pelas suas raízes familiares e partidárias e, por

(3) — Alguns contemporâneos chegaram a perceber que, em última instância, eram os interesses políticos de caráter pessoal, que definiam as metas do ensino. Quando ainda se encontrava o projeto de criação do Instituto Politécnico nos primeiros debates, o deputado Gabriel Prestes, que a ele se opunha vivamente, afirmava em tom de denúncia: "este projeto, que nós agora discutimos será aprovado e posto em execução". (*Anais da Câmara dos Deputados de São Paulo*, 11^a s. ord. de 25/05/1892, p. 121).

sua formação científica, eram indivíduos de prestígio e daí o interesse do governo estadual em apoiá-los. Ainda, conhecendo os meandros do sistema oligárquico, falando várias línguas, bem atualizados com as descobertas científicas, o fato é que conseguiram manter uma certa dose de independência do poder público e ao mesmo tempo conseguiram muito, do que a instituição precisava (4).

O “Projeto de Ensino Superior” assim criado atendeu às necessidades bem concretas. As escolas superiores deveriam ser instituições a serviço do progresso e da modernização, ideologia essa que legitimou sobretudo na Primeira República, a burguesia cafeeira, em suas diversas frações, como classe hegemônica.

Em consequência, o “Projeto” promanava pelo ensino das diversas ciências. E, no nível do discurso, o objetivo declarado era atender à modernização da agro-indústria. No que se refere à agricultura, a fração esclarecida da classe dominante percebia que a economia nacional se asentava em bases muito frágeis, pois a monocultura cafeeira cruzava-se com o atraso tecnológico e a falta de mão de obra especializada, urgindo assim, pelas contribuições científicas, ampliar o grau de modernização agrícola, sem interferir nas relações de trabalho. O deputado Paulo Egidio (de Oliveira Carvalho) por exemplo, insistia em 1981, em seus discursos, que o Brasil “se é um país essencialmente agrícola, não deveria prevalecer no espírito paulista o preconceito tão arraigado, de que só é possível a prosperidade do Estado, por meio da grande lavoura, da lavoura do café”. Desta forma, uma escola agrônômica deveria servir para formar mão de obra especializada para desenvolver a agricultura intensiva, que interessava “não só ao forte capitalista, como ao pequeno capitalista, não só ao filho do homem rico, como também ao filho daquele que precisa acumular fortuna e tem de entregar-se às lides da lavoura” (5).

Por outro lado, os melhoramentos então criados, bem como o crescimento do setor de serviços, atenderam às solicitações do setor agrário-

(4) — Paula Souza, por exemplo, deixou um depoimento que é significativo do que foi dito. Numa época em que sua verba anual não passava de 16 contos de réis, seu assistente Hypolito Pujol Junior chegou de uma viagem de estudos à Europa, com equipamentos para o “Gabinete de Resistência” — futuro IPT — (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) —, no valor de 100 contos de réis. Ressalte-se que essa atitude não havia sido autorizada — seja pelo diretor da Escola, seja pelo orçamento do Estado. Paula Souza afirmava então: “O que importava era que tínhamos já uma instalação de metalurgia experimental. O dinheiro havia de aparecer...”. Discurso de Pujol Júnior, Hypolito. *Revista Engenharia*, São Paulo, 2 (17): jan. 1944. Também D’Alessandro, Alexandre. *A Escola Politécnica: histórias de sua história*, 3 v. São Paulo, Revista dos Tribunais, pp. 163-178.

(5) — *Anais da Câmara dos Deputados de São Paulo*, 46ª s. ord. 29/09/1891, p. 452.

exportador: estradas de rodagem e férreas, túneis, pontes, viadutos, retificações de rios, construções de portos fluviais e marítimos, saneamento de cidades, rede de comunicações, bancos, etc. . .

Visando servir à modernização da agro-indústria, as escolas superiores atuaram em dois planos, a nível do discurso: primeiro, deram sustentação a um novo aparato ideológico, que estava em processo de construção — o da “competência” e, em segundo, sustentaram uma luta, que se caracterizou pelo anti-bacharelismo. Em consequência, buscaram criar um modelo, que sendo o oposto do bacharel, fosse identificado a “uma nova ordem”, a “um novo espírito”, “cultor por excelência das ciências exatas e do racionalismo”. Não bastava portanto somente a retórica, o progresso só seria alcançado pela técnica.

Pode-se assim pensar que “o politécnico” e o “bacharel” constituíssem dois perfis profissionais originados de projetos de ensino diferenciados e com interesses excludentes.

Na verdade, o projeto era um só e se o discurso entre eles pareceu ser divergente, a história de como se conduziram em relação ao industrialismo e às questões sociais de seu tempo mostraram que, se algumas divergências ocasionais surgiram, os interesses nelas contidos não foram contraditórios.

Pelo contrário. O que estava em jogo nessa aparente contradição era a luta por um novo saber, que o avanço do capitalismo propiciava; em consequência, o alargamento da burocracia obriga o bacharel a dividir com o “competente detentor do saber científico” a gerência do Estado. O prestígio do profissional liberal, sobretudo o do bacharel em direito não havia implicado em uma nova reordenação da sociedade. Pelo contrário. “Exerciam (...) sua autoridade, escorados pelos antigos donos da situação e só se rebelavam quando velhos compromissos, enterrando acordos políticos, afetavam novos interesses econômicos” (6). O engenheiro, ampliando o raio de influência da classe dominante, reforçou a própria dominação oligárquica.

As escolas superiores — formando o bacharel em direito, o médico, o engenheiro ou o agrônomo — deveriam ter seus currículos voltados para o ensino das “ciências positivas”, das ciências da natureza e das ciências da observação e da experimentação. Assim, desde o início in-

(6) — Janotti, Maria de Lourdes Monaco. *O Coronelismo — uma política de compromissos*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 69 (Coleção Tudo é História, 13).

sistia-se que a instrução superior deveria, paralelamente, ter um cunho profissional e se responsabilizar pelo ensino de uma ciência. A escola profissional e o laboratório de pesquisa deveriam ser instituições inseparáveis.

Contudo, muito pouco de “pesquisa pura” se fez no período. Institucionalizou-se uma política de pesquisa separada da escola — em Centros que surgiram em função de necessidades concretas, como por exemplo, o Instituto Agrônomo de Campinas e o Instituto Biológico de São Paulo para viabilizarem, o primeiro, a própria expansão cafeeira em São Paulo e o segundo a erradicação de pragas do mesmo produto.

Mesmo assim, algumas das escolas superiores tornaram-se centros científicos expressivos, sobretudo no campo das pesquisas aplicadas, em decorrência da iniciativa de alguns de seus diretores e de professores autodidatas (7).

O “Projeto” pressupôs inicialmente, a instalação de escolas superiores isoladas, financiadas pelo poder público — Engenharia, Medicina e Agronomia —, sem entretanto deixar de pensar frequentemente em uma universidade.

A idéia de universidade, a rigor, nunca abandonou os estratos esclarecidos da burguesia paulista, embora, por muitas décadas, tivesse predominado a instalação de escolas isoladas, mesmo porque essas abrangiam, praticamente, a universalidade dos conhecimentos.

Dos vários projetos lançados desde a 1ª. Legislatura no Congresso Paulista, que cobriam a formação dos diferentes profissionais até a instalação de algumas das Escolas aventadas, pode-se inferir que existia, na verdade, um embrião de universidade. Por exemplo, o Instituto Politécnico de São Paulo promanava, ao lado da formação especializada do engenhei-

(7) — “A Escola Politécnica se voltou, desde o início para trabalhos relacionados com a construção de estradas de ferro e trabalhava muito próxima das empresas responsáveis pelas construções ferroviárias, pela geração de energia elétrica e pelo sistema de bondes da cidade. O Laboratório de Resistência de Materiais da Escola era utilizado para o teste de equipamentos e materiais tanto para os setores ferroviários quanto para os de energia elétrica”. Schwartzman, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo, Nacional, p. 113. A Escola Agrônoma de Piracicaba acabou se tornando no final da década de vinte, um dos renomados centros de pesquisa genética da América do Sul com investigações sobre seleção de sementes e cultivo de algumas leguminosas e frutas, sobretudo cítricas. Identificou ainda pela primeira vez, a praga do mosaico que atacou o canavial paulista em 1928 e desenvolveu estudos sobre a espécie de cana “Java”, resistente a essa praga. (*Idem, op. cit.* pp. 102-104 e “Agricultura da USP comemora 80 anos”, *O Estado de São Paulo*, SP, 2 jun. 1981, p. 11).

ro, introduzir cursos de ciências matemáticas e naturais — aliando portanto o cultivo da “ciência pura” com a formação profissional (8).

Nos anos iniciais da República, a luta pela universidade esteve associada, predominantemente, à da liberdade de ensino. Tanto que os projetos existentes defendiam a organização dos estudos universitários por associações privadas. De todos os congressistas, somente Miranda de Azevedo, posicionou-se claramente a favor da instrução superior pública, justificando-se pela necessidade de fazer grandes inversões de capitais, pois pretendeu sempre, no 3º. grau, a associação entre pesquisa e ensino. Desta forma, segundo ele, somente o Estado teria condições de assumir a criação de escolas superiores.

Contudo, essa idéia, nos primeiros dispositivos legais, a começar pela Constituição Estadual, foi vencida. Permitiu-se, quando muito, que o Estado subvencionasse escolas superiores (9) que, na prática, não gozavam de prestígio social e científico e, seguramente, foi o que ocorreu com as diversas Escolas de Farmácia e de Odontologia disseminadas pelo Estado de São Paulo, durante a Primeira República (10).

A natureza da universidade transformou-se ao longo da Primeira República. Pensada inicialmente como uma instituição privada, que mi-

(8) — A primeira escola aventada pela própria Comissão do Congresso Estadual encarregada de rever as leis do ensino superior composta por Jaguaribe Filho, Celestino dos Santos e Francisco Coutinho, foi uma Escola Agrícola-Veterinária. O segundo projeto que não teve acolhimento previa a criação de uma “Associação Protectora das Ciências de São Paulo”, entidade particular mas subsidiada pelo Estado, encarregada de fundar na capital um instituto destinado ao ensino profissional — a Escola Polytechnica de São Paulo — com os cursos de Agronomia e Zootecnia, Artes e Manufaturas ou Engenharia Industrial, Comércio, Contabilidade e Finanças. A terceira escola foi a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo criada por lei de 1891. Na 2ª Legislatura foi apresentado o projeto que criava o Instituto Politécnico de São Paulo — de caráter oficial, escola preparatória de três anos, na qual se enfatizava o estudo das ciências matemáticas realizado experimentalmente. Futuramente previa-se a criação de cursos superiores, obedecendo-se à seguinte ordem: Engenharia Mecânica, Arquitetura, Química Aplicada às Indústrias, Agricultura e Ciências Matemáticas e Naturais. Ainda já havia sido criada a Escola Normal Superior, por lei de 1892.

(9) — A Constituição Estadual, promulgada em 14-07-1891, no Capítulo IV, artigo 20, item 11º, letra e, atribuiu ao Congresso a faculdade de “legislar sobre o ensino primário, secundário e profissional, que será gratuito e obrigatório no primeiro, e livre em todos os graus; podendo o ensino secundário, superior e profissional ser ministrado por indivíduos ou associações subvencionadas ou não pelo Estado” (*Constituição Política do Estado de São Paulo*, edição oficial, São Paulo, Typ. de Vanorden & Comp., 1981, p. 8).

(10) — A Escolas de Farmácia e de Odontologia não receberam, na Primeira República, o reconhecimento público como escolas de 3º grau e foram consideradas, pelo poder, como de segundo plano. Disseminadas pelo Estado de São Paulo, atenderam, em geral, à classe média.

nistraria o “ensino enciclopédico” no sentido da universalidade dos conhecimentos científicos — sua característica essencial residiria exatamente no caráter profissional de seus cursos — além do que guardaria certa articulação no seu currículo pelo aproveitamento comum de alguns de seus cursos (11).

Os projetos de universidade que chegaram a ser explicitados no início da República, como o de Luiz Pereira Barreto e o de Paulo Egídio (de Oliveira Carvalho), abrangiam todos os três graus de ensino — do primário ao superior, com seus currículos voltados inteiramente para as ciências físicas e biológicas, direcionando o aluno para as Faculdades de Engenharia, Agricultura e Vivicultura, Artes e Ofícios e Medicina (12). Era portanto o que se convencionou designar como uma “universidade técnica”.

Na vigência da Lei Rivadávia chegou a ser instalada na cidade de São Paulo a Universidade de São Paulo — de cunho particular — instituição que segundo seu Regimento abrangia 4 seções de ensino: primário, secundário, superior e o “transcendente, que ministraria a alta cultura mental”. A instrução profissional, em nível superior, era composta das seguintes Escolas: “Cultura Física; Bellas Artes, Ciências, Philophia e Letras; Agronomia e Zootechnia; Medicina Veterinária; Comércio, Pharmacia; Odontologia; Medicina e Cirurgia; Engenharia; Direito e Superior de Philosophia, História e Litteratura” (13).

Essa universidade foi fundada em 19-11-1911 e instalada a 23 de março de 1912 e contou com a adesão de nomes expressivos da burguesia e da intelectualidade paulista, bem como funcionou como um divisor de águas, no sentido de se amadurecer a idéia de “padrão de ensino superior” que se pretendia concretizar em São Paulo. Isso porque, se essa universidade teve uma penetração pública, a ponto de contar, no 1º. ano de funcionamento com 779 alunos matriculados em seus diversos cursos — ela também recebeu um sem número de críticas de todos aqueles, que não aceitaram

(11) — “Fundação de uma Universidade em São Paulo”, *Diário Popular*, São Paulo, 30 nov. 1889.

(12) — Ver principalmente os modelos defendidos por Paulo Egídio e Luiz Pereira Barreto. Cf. Ribeiro, Jacinto. — *Chronologia Paulista*, São Paulo, 1899, *passim*; Morse, Richard M. — *Formação Histórica de São Paulo: da comunidade à metrópole*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970; Barros, Roque Spencer Maciel de. — *A evolução do pensamento de Luiz Pereira Barreto e o seu significado pedagógico*, São Paulo, 1955 (mimeografado).

(13) — Respectivamente artigos 2º e 3º do *Regimento Interno da Universidade de São Paulo, aprovado em sessão extraordinária do Conselho Superior, realizado em 22 de abril de 1912*, São Paulo, Typ. do Globo, 1912.

participar da experiência. A própria instalação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, oficial, foi decorrência direta desse embate (14).

Na crítica sistemática à USP particular foi sendo desvendado o “padrão de excelência” que já vinha se definindo desde a instalação das primeiras escolas superiores oficiais em São Paulo. Elas deveriam ser seletivas, elitistas, eficientes e de excelente nível.

Agora, já ganhara consistência a idéia de se organizar uma universidade, que fosse reconhecidamente um grande centro científico, que primasse pela seriedade e eficiência de seus cursos, que congregasse professores nacionalmente aceitos e alunos que demonstrassem condições de acompanhar essa proposta de ensino. O jornalista Paulo Pestana, de “O Estado de São Paulo”, interpretando as aspirações de frações da burguesia paulista, em 1913, traduziu-as da seguinte maneira:

“... nós queremos uma universidade eficiente, real, digna, com todos os elementos científicos e financeiros, como já a pode possuir o prospero Estado de São Paulo. Queremol-a mesmo como antidoto dos maleficios dessa liberrima palhaçada universitária, que inconscientes pretenciosos estão espalhando pelo paiz, para illudir os parvos e degradar a cultura nacional. Queremol-a, em summa, nas condições de contrariar a vergonhosa industria de falsificar doutores e bachareis por algumas dezenas de mil réis, para satisfazer a vaidade de imbecis, que mais prezam um diploma do que o saber (...) Cumpre reagirmos, enquanto é tempo, em benefício do nosso prestígio no mundo civilizado. E reagiremos, fundando esses focos de luzes que são as universidades verdadeiras” (15).

De acordo com esse discurso, insistiu-se também na necessidade de que uma universidade assim organizada só poderia ser financiada pelo Estado. Alguns projetos estaduais surgiram na década de vinte, mas não chegaram a se transformar em leis.

O padrão de escola superior esteve sempre associado à figura do professor. Desde o início, num país sem tradição universitária, sem

(14) — Desse total (779) de matrículas, o curso mais concorrido era o da Faculdade de Medicina com 376 matriculados; seguiam-se Direito (126); Odontologia (91); Farmácia (59); Engenharia ((46); Comércio (16) e Belas Artes (07) (*U.S.P. Inauguração Official. Início dos cursos superiores. Memorial do Reitor aos Governos federal e estadual. Abertura e encarregamento dos annos lectivos. Comemoração e recepções. Documentos e Notas.* 1º v., São Paulo, Casa Duprat, 1917, pp. 7-8).

(15) — Pestana, Paulo. — “Notas Pedagógicas”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 de maio de 1913, p. 3.

Escola de formação de professores, onde o bacharel respondia praticamente por todas as necessidades, é lógico que se pensasse na sua formação.

Desde o início surgiu a necessidade de se importar professores e isso ocorreu com frequência, ao mesmo tempo que se criou, no nível do discurso, uma baliza ideológica, que responsabilizava o professor pela qualidade do ensino. Isto estava bem de acordo com a consciência liberal, na medida em que não se procurava desvendar os problemas estruturais da sociedade; por conseguinte, a moral individual, esteio da ideologia burguesa, procurava encobrir a própria imoralidade da dominação.

O que teve esse projeto republicano de ensino superior a ver com a USP pública? O que explicaria o fato de — se ele estava pronto (já na década de vinte) — não se ter instalado? Que projeto de universidade foi especificamente o vencedor, na década de trinta? O que explicaria a instalação das diversas escolas superiores nos períodos considerados? Elas atenderam a quais aspirações?

Para se analisar essas questões é necessário focalizar-se um último ponto.

Há uma constante que se repetiu em cada nova instalação das escolas superiores traduzida na importância das dissidências oligárquicas, ou melhor, o novo arranjo que se seguia à conciliação como época oportuna para o concretização dessas instituições. E, nessa conjuntura, destaque-se a possibilidade do peso da classe média como um dos elementos fundamentais, com o qual a classe dominante contava, para justificar a manutenção do “equilíbrio social”. Foi assim com a Politécnica, com a Agronomia e com a Medicina. Por que não ocorreria o mesmo com a Universidade?

A revolução de 1930 criando um Estado de Compromisso e permitindo uma reordenação no sistema de dominação abriu espaço para que nele se representassem também interesses antes não preponderantes.

O acirramento das contradições no seio da classe dominante, eclodidas a partir da maior centralização adotada pelo Governo Federal, bem como do seu envolvimento nas relações entre as classes, acabou por levar dois de seus setores à luta armada: o setor paulista e o setor que conquistaria o poder em 1930.

Em função do perigo da intervenção, o setor paulista cindido desde 1926, com a organização do Partido Democrático, se uniu: a Frente Ampla Paulista, liderada pela burguesia paulista com o apoio da classe média, mas não com o do operariado, jogou sua força político-econômico nos

campos de batalha da Revolução de 1932. As escolas superiores participaram também do movimento, sobretudo a Faculdade de Direito e a Escola Politécnica.

Ante o perigo das reivindicações proletárias e agitações sociais, a conciliação entre as duas frações da classe dominante — a federal e a paulista — não se mostrou impossível e, desta vez, coerentemente com o Estado de Compromisso, um dos elementos de mediação foi a instalação da Universidade de São Paulo.

Até então já se delinear a perfil de universidade que se pretendia para São Paulo. Se por um lado, a principal reivindicação era a criação de um centro de reconhecida eficiência e de grande competência científica, por outro, sabia-se que ele seria insuficiente se contasse somente com as instituições já existentes: as Escolas Politécnica, Agrônômica e de Farmácia e Odontologia e as Faculdades de Direito e de Medicina.

Isto porque não se pretendia instalar uma universidade técnica que formasse simplesmente o profissional nos vários campos da atividade humana, mas pretendia-se criar uma universidade, que tivesse como fulcro central uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para que esta cumprisse o papel fundamental — sua “sagrada missão” de formar a “elite dirigente indispensável à obra de regeneração política da nacionalidade, capaz de propor um projeto que seria assimilado e propagado por uma ‘corrente de opinião’ constituída pela classe média, formada pelo ensino secundário” (16). É significativo o fato de que justamente com a instalação da universidade, buscou-se também estruturar o ensino secundário, que encontrou sua primeira grande expansão na década de trinta.

Esse modelo de universidade, que acabou sendo o vencedor, foi defendido principalmente pelo “partido” do jornal “O Estado de São Paulo”, que era o porta voz de uma fração significativa da burguesia paulista (17).

Contudo, esse modelo não foi o único. Outros surgiram, denotando a existência de divergências significativas no seio da classe hegemônica.

Entre todos deve-se destacar o modelo proposto pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, baixado pelo decreto federal nº. 19.851, de 11 de abril de 1931, em que se exigia, para a fundação de uma univer-

(16) — Cardoso, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da comunhão Paulista*, São Paulo, 1979 (tese de doutoramento), p. 23. Ver também Nadai, Elza — *Ideologia do Progresso e Ensino Superior* — (1891-1934) SP, 1980 (tese de doutoramento), mimeografada.

(17) — Cardoso, Irene de Arruda Ribeiro. *op. cit.*, *passim*.

sidade, a incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior — Direito, Medicina e Engenharia ou, ao invés de um deles, da Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

Este modelo ressuscitava uma antiga idéia que, a rigor, desde os inícios da República, esteve presente nos debates sobre o ensino superior: a Faculdade de Educação ou de uma Escola Normal Superior, que funcionaria como centro da universidade.

No entanto, esse modelo não contou, em São Paulo, com a aquiescência do jornal “O Estado de São Paulo” que, seguindo uma estratégia política, não lhe deu maior cobertura em sua páginas. O mesmo não fez “O Correio Paulistano”. Este aplaudiu a iniciativa de maneira incisiva, da mesma forma que, anos mais tarde, destacou-se como um dos mais ferrenhos críticos da novel Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Um terceiro modelo, que chegou a ser criado, foi o de uma “Universidade Técnica” que, praticamente conferia à Escola Politécnica o grau de universidade autônoma. Essa reivindicação esteve no programa do Partido Democrático em 1932 e chegou a se transformar em decreto estadual nesse mesmo ano (21.303 de 18/04/1932). Entretanto, ele não foi implantado.

Outro modelo pode ser ainda vislumbrado — embora não tenha sido materializado —, nas lutas que, tanto a Escola Politécnica, quanto a Faculdade de Medicina desenvolveram para sediarem, respectivamente os cursos das ciências físico-matemáticas e das biológicas, antes que fossem reunificadas em sua única instituição, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A existência de todos esses modelos era um exemplo significativo dos desajustes e das rivalidades que caracterizavam internamente a classe hegemônica.

Perseguir a institucionalização do modelo vencedor é justamente acompanhar a política do “grupo do Estadão”, que o levou a assumir o poder, através do interventor Armando de Salles Oliveira (18), em conivência com o governo autoritário de Getúlio Vargas, depois da

(18) — Além de pertencer à família Mesquita, dirigia a empresa “O Estado de São Paulo” e recebera uma formação que evidenciava o papel político do estudante. Só para ilustrar, Armando de Salles Oliveira ajudou a organizar o primeiro Congresso Brasileiro de Estudantes, ocorrido em São Paulo, na 1ª década do nosso século e redigiu a seguinte tese: “A classe acadêmica será um elemento de regeneração política?” Ver o jornal *São Paulo*, SP, IV, 30 jan. 1909.

derrota militar da Frente Ampla Paulista em 1932, grupo que via a Universidade enquanto “forma de poder para formar e reproduzir as elites dirigentes”, portanto como parte “integrante de um projeto de hegemonia cultural e política” (19). Daí a importância essencial, que assumiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Reunindo um seletor corpo de professores estrangeiros e de alunos e não se preocupando com a formação técnica profissional imediata, estaria em condições de orientar a elaboração de um projeto político para toda a nação, ao mesmo tempo que o divulgaria através dos professores secundários, que seriam formados por ela.

Seu papel portanto, foi o de formadora e divulgadora da ideologia que criou. E uma de suas balizas fundamentais residiu na sua concepção de “elite” e do seu papel no Estado Brasileiro. Pensava-se numa concepção pluralista de Estado democrático, entendido prioritariamente como “Estado das elites”. Essas, por sua vez, poderiam ser formadas pela universidade, desde que com eficiência e competência. Cruzava-se assim, o discurso da modernização e do progresso, em seu mais alto grau — o discurso da competência — com a necessidade de renovação das elites paulistas que, vencidas pelas armas, teriam condições de continuar hegemonicamente a elaborar um projeto político-cultural para todo o país.

Entretanto, para que esse projeto universitário continuasse a cumprir seu papel seria fundamental que sua expansão fosse limitada. Fernando de Azevedo, um de seus ideólogos, sugeria, constantemente, a necessidade de controlar o seu crescimento pois, “a democracia — dizia — seria garantida menos pelo ‘alargamento’ das elites, do que pela sua ‘renovação’ incessante”; “a redução do efetivo não poderia senão melhorar o conjunto” (...), “é em benefício da qualidade apurada pela educação, que se faz sempre uma diminuição da quantidade” (20).

Se a história da universidade mais recente evidencia o afastamento dessa intenção, ela mostra também que isso se deu menos por desejo dos seus criadores e mais por pressão da sociedade civil.

Entretanto, a classe dominante nunca deixou dúvidas do seu interesse em recolocar a Universidade exatamente em seu primitivo lugar.

(19) — Cardoso, Irene de Arruda Ribeiro. *op. cit.*, pp. 44-45.

(20) — Azevedo, Fernando de. “O Estado e a Educação”, in: *A Educação e seus problemas*, Tomo I, São Paulo, Edições Melhoramentos, s.d. p. 90.